

Ministro vincula obra do PAC ao Arcabouço Fiscal

Renan Filho, titular da pasta de Transportes, detalha como serão investidos os R\$ 280 bilhões do programa em rodovias e ferrovias, que dependem da nova meta em tramitação

Ministro condiciona PAC à aprovação do arcabouço fiscal

BERNARDO ESTILAC

Após o lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última sexta-feira, o governo federal segue no esforço de divulgar mais informações sobre a mudança de projetos e os bilionários recursos incluídos sob o guarda-chuva do programa. Ontem, o ministro de Transportes, Renan Filho, concedeu entrevista coletiva em que apresentou o detalhamento de R\$ 280 bilhões em investimentos previstos para o país em ferrovias e rodovias. Minas Gerais é o estado que mais receberá recursos, com R\$ 39,8 bilhões. Embora anunciado oficialmente, o novo PAC não tem todas as informações divulgadas e a reticência do governo federal está atrelada à aprovação do arcabouço fiscal, que ainda não passou pelo Congresso Nacional. Renan Filho foi questionado sobre o tema durante a entrevista coletiva e, ainda que tenha se mostrado confiante na aprovação do projeto do governo federal no legislativo, não deixou de condicionar os investimentos previstos para o programa aos acordos parlamentares e novas diretrizes orçamentárias propostas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) para substituir o atual teto de gastos. "Se tivermos o cumprimento de resultados primários, poderemos ter ainda mais recursos. Os recursos atuais previstos estão dentro de uma análise conservadora (das metas do arcabouço fiscal)", disse o ministro. Ele também disse que o governo precisa ampliar o diálogo com os parlamentares e reforçar a importância de flexibilizar as regras para o gasto público. "Se tivermos a volta do teto de gastos, teremos um país que investe pouco".

OBRAS VIÁRIAS DO PAC EM MINAS

Destques apresentados pelo ministro



“Se tivermos o cumprimento de resultados primários, poderemos ter ainda mais recursos. Os recursos atuais previstos estão dentro de uma análise conservadora (das metas do arcabouço fiscal). Se tivermos a volta do teto de gastos, teremos um país que investe pouco”

Renan Filho, ministro dos Transportes

Boa parte das obras previstas no PAC preveem parcerias público-privadas e são intervenções provenientes de projetos já existentes. A inclusão de um projeto no PAC, segundo o ministro, é feita como uma forma de garantir os recursos "à luz da responsabilidade fiscal", ou seja, dentro do que está previsto no arcabouço. Ao todo, o Ministério dos Transportes gerenciará R\$ 280 bilhões que serão divididos em R\$ 94,2 bilhões para ferrovias e R\$ 185,8 bilhões para rodovias.

A origem do investimento também foi detalhada por Renan Filho: as ferrovias terão R\$ 6 bilhões em recursos públicos e R\$ 8,2 bilhões em recursos privados; já as rodovias terão aporte de R\$ 7,3 bilhões saindo dos cofres do governo e R\$ 112,8 bilhões da iniciativa privada. A apresentação das informações

detalhadas prosseguiu com uma especificação dos investimentos por regiões e estados. O Norte será destino de R\$ 21,3 bilhões; o Nordeste, de R\$ 49,1 bilhões; o Sul, de R\$ 57,8 bilhões; o Centro-Oeste, de R\$ 46,3 bilhões; e o Sudeste, de R\$ 96,1 bilhões. Os investimentos do Sudeste serão divididos em R\$ 30,1 bilhões para São Paulo, R\$ 20,6 bilhões para o Rio de Janeiro, R\$ 5,6 bilhões para o Espírito Santo e, o maior valor, R\$ 39,8 bilhões para Minas Gerais, estado com a maior malha rodoviária do país.

PLANOS PARA O ESTADO

Outra ponta solta no detalhamento dos investimentos do PAC é uma discrepância entre as cifras anunciadas na última sexta-feira e o divulgado pelo Ministério dos Transportes. Nas informações sobre os valores destinados a Minas Gerais, o eixo Transporte Eficiente e Sustentável teria R\$ 62,5 bilhões reser-

vos para investimentos no setor. O número é mais de R\$ 20 bilhões superior ao detalhado por Renan Filho. A diferença se deve ao fato de o Eixo Transporte Eficiente e Sustentável trazer após projetos contemplados sob responsabilidade tanto do Ministério dos Transportes quanto do Ministério de Portos e Aeroportos", justificou a pasta de Renan Filho, em nota.

Para cada estado, o ministro Renan Filho apresentou três destaques. No caso de Minas Gerais, o primeiro a ser listado foi o lançamento do edital de concessão da BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares, no Vale do Rio Doce. Este recorte da estrada é conhecido como "rodovia da morte" e será leilado em novembro deste ano. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em julho, a concessão terá prazo de 30 anos e a empresa que administrar o trecho deverá investir R\$ 9 bilhões em obras e na manutenção da pista. As intervenções incluem a duplicação de 134km e outras obras. Os outros dois destaques feitos por Renan Filho foram a pavimentação da BR-367 entre Salto da Divisa e Almenara e da BR-135 entre Manga e Itacarambi. Na página do PAC no site do governo federal estão descritas as seguintes intervenções previstas em Minas: adequação da BR-262, entre João Montevade e a divisa com o Espírito Santo; adequação da BR-365; adequação da travessia urbana de Uberlândia - BR-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3